

STJ00113841

Carlos Alberto Pereira de **CASTRO**

João Batista **LAZZARI**

MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

25^a
edição

Revista,
atualizada
e ampliada



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 15.10.2021

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2022 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

■ Capa: Fabricio Vale

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

C35m

Castro, Carlos Alberto Pereira de

Manual de direito previdenciário / Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. – 25. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-596-4218-2

1. Seguridade social – Legislação – Brasil. 2. Previdência social – Legislação – Brasil. I. Lazzari, João Batista. II. Título.

21-73620

CDU: 349.3(81)

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

Sumário

Abreviaturas.....	XXXV
-------------------	------

PARTE I

INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 1 – O Estado e a proteção social ao trabalhador.....	3
1.1 Prólogo.....	3
1.2 O surgimento da noção de proteção social.....	4
1.3 A mútua assistência e a caridade.....	5
1.4 A assistência social estatal.....	5
1.5 A formação do conceito de bem-estar social.....	6
1.6 Evolução da Previdência Social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge..	10
Capítulo 2 – Fundamentos da Previdência Social.....	17
2.1 A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa humana.....	17
2.2 A solidariedade social.....	19
2.3 A compulsoriedade da filiação.....	19
2.4 A proteção aos previdentes.....	20
2.5 A redistribuição de renda.....	20
2.6 O risco social.....	22
2.7 Da Previdência à Segurança Social.....	23
Capítulo 3 – Modelos de Previdência Social.....	25
3.1 Sistemas contributivos e não contributivos.....	26
3.2 Sistemas contributivos de repartição e capitalização.....	27
3.3 Sistemas privados de previdência.....	27
3.4 O sistema de pilares.....	28
Capítulo 4 – A Evolução da proteção social no Brasil.....	31
4.1 Primeiras regras de proteção.....	32
4.2 A Lei Eloy Chaves.....	32
4.3 Os institutos de classe.....	34
4.4 Da criação do INPS à Constituição de 1988.....	35
4.5 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social.....	37
4.6 A criação do INSS e as primeiras reformas.....	38
4.7 A Emenda Constitucional n. 20, de 1998.....	40
4.8 As Emendas Constitucionais ns. 41 e 47.....	42
4.9 A Emenda Constitucional n. 103, de 2019.....	42

Capítulo 5 – O Direito Previdenciário	45
5.1 Conceito e objeto de estudo.....	45
5.2 Autonomia científica.....	46
5.3 Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do Direito.....	47
5.4 Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito.....	48
5.5 Fontes do Direito Previdenciário.....	50
Capítulo 6 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário	55
6.1 Antinomias e critérios de solução.....	56
6.2 Lacunas do ordenamento e sua solução.....	57
6.3 Interpretação das normas.....	59
6.4 Vigência e eficácia das normas no tempo.....	60
6.5 Vigência e eficácia das normas no espaço.....	62
6.6 Acordos internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil.....	63
Capítulo 7 – Princípios do Direito Previdenciário	73
7.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário.....	73
7.2 Princípios constitucionais da Seguridade Social.....	76
7.3 Princípios específicos de custeio.....	78
7.4 Princípios específicos de Previdência Social.....	80
Capítulo 8 – Regimes previdenciários	87
8.1 O Regime Geral de Previdência Social – RGPS.....	87
8.2 Regimes de previdência de servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.....	88
8.3 Regime Previdenciário Complementar.....	89
8.4 Regime dos Militares das Forças Armadas.....	93

PARTE II

A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Capítulo 9 – A organização da Seguridade Social	99
9.1 Sistema Nacional de Seguridade Social.....	99
9.2 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	99
9.3 Gestão descentralizada.....	101
9.4 Conselho Nacional de Previdência – CNP.....	101
9.5 Conselhos de Previdência Social – CPS.....	103
9.6 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	104
9.7 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.....	106
9.8 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.....	107
9.9 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.....	110
Capítulo 10 – Relação jurídica de custeio	113
10.1 Definição da relação obrigacional.....	113
10.2 Autonomia da relação de custeio.....	114
10.3 Identidade com a relação obrigacional tributária.....	115
Capítulo 11 – Contribuintes da Seguridade Social	117
11.1 Segurados do Regime Geral de Previdência Social.....	118
11.2 Empresa e entidades equiparadas.....	119

11.3	Matrícula da empresa, do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	120
11.4	Empregador doméstico.....	121
11.5	Apostadores de concursos de prognósticos.....	122
Capítulo 12	– Relação jurídica de Seguro Social.....	123
12.1	Definição da relação de Seguro Social.....	123
12.2	Vinculação da relação previdenciária com a filiação.....	124
12.3	Natureza jurídica da relação de Seguro Social.....	127
Capítulo 13	– Segurados do Regime Geral de Previdência Social.....	129
13.1	Segurados – Definição.....	129
13.2	Segurados obrigatórios.....	129
13.2.1	Empregado urbano e rural.....	131
13.2.2	Empregado doméstico.....	139
13.2.3	Contribuinte individual.....	140
13.2.4	Trabalhador avulso.....	145
13.2.5	Segurado especial.....	145
13.3	Segurado facultativo.....	151
13.4	A menoridade e a filiação como segurado.....	153
13.5	Aposentado que retorna à atividade.....	154
Capítulo 14	– Filiação dos segurados.....	157
Capítulo 15	– Manutenção e perda da qualidade de segurado.....	161
Capítulo 16	– Dependentes.....	173
Capítulo 17	– Inscrição dos segurados e dependentes.....	189
17.1	Inscrição dos segurados.....	189
17.1.1	Inscrição de segurado <i>post mortem</i>	193
17.2	Inscrição de dependentes.....	196

PARTE III

CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo 18	– Sistema de Financiamento da Seguridade Social.....	201
18.1	Sistema contributivo.....	203
18.2	Participação da União.....	204
18.3	Contribuições sociais.....	204
18.3.1	Conceituação.....	205
18.3.2	Natureza jurídica.....	206
18.3.3	Características gerais.....	207
18.4	Outras receitas da Seguridade Social.....	208
Capítulo 19	– Contribuições ao Sistema.....	211
19.1	Salário de contribuição.....	211
19.2	Salário-base.....	213
19.3	Contribuição do segurado empregado, inclusive doméstico, e trabalhador avulso.....	214
19.4	Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo.....	220
19.5	Exigência de contribuição mínima – EC n. 103/2019 e art. 19-E do RPS.....	228

19.6	Contribuições das empresas	232
19.6.1	Contribuição sobre a folha de pagamento.....	232
19.6.2	Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos	235
19.6.3	Contribuição adicional das instituições financeiras	238
19.6.4	Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT.....	239
19.6.4.1	Fator Acidentário de Prevenção – FAP	241
19.6.4.2	Contribuição adicional para o financiamento da aposentadoria especial	247
19.6.5	Desonerações da folha de salários.....	248
19.6.6	Contribuição sobre a receita e o faturamento	249
19.6.7	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	250
19.6.8	PIS/PASEP	256
19.6.9	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	259
19.6.10	Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – o Simples Nacional	260
19.7	Contribuições do importador de bens e serviços do exterior	264
19.8	Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil.....	267
19.8.1	Conceito de obra de construção civil.....	268
19.8.2	Obrigações previdenciárias do sujeito passivo na obra de construção civil...	268
19.9	Contribuição dos clubes de futebol profissional	279
19.10	Contribuição do empregador doméstico.....	281
19.11	Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	282
19.12	Contribuição do empregador rural pessoa jurídica.....	285
19.13	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos	286
19.14	Contribuições destinadas a terceiros	287
19.15	Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas – eSocial	288
19.16	Simples doméstico	291
19.17	A CTPS digital.....	291
Capítulo 20	– Isenção/imunidade das contribuições para a Seguridade Social.....	293
20.1	Requisitos para a isenção/imunidade	295
20.2	Requerimento e deferimento da isenção/imunidade.....	298
20.3	Alcance da isenção/imunidade.....	299
20.4	Revisão da isenção/imunidade.....	300
Capítulo 21	– Remissão e anistia.....	301
Capítulo 22	– Regras gerais de arrecadação e fiscalização.....	305
22.1	Competência dos órgãos de arrecadação e fiscalização.....	305
22.2	Arrecadação e recolhimento das contribuições.....	306
22.3	Obrigações acessórias.....	310
22.4	Prerrogativas da fiscalização.....	319
22.5	Inadimplemento e acréscimos moratórios.....	322
22.6	Restituição de contribuições, compensação e reembolso de benefícios	325
22.6.1	Restituição e compensação.....	326
22.6.2	Reembolso de benefícios	331
22.7	Parcelamento de débitos.....	332

Capítulo 23 – Responsabilidade solidária e por substituição tributária.....	337
23.1 Construção civil.....	338
23.2 Grupo econômico.....	340
23.3 Responsabilidade dos sócios e titulares.....	340
23.4 Tomador de serviços.....	341
23.5 Administradores públicos.....	344
23.6 Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	344
23.7 Empresas consorciadas.....	346
Capítulo 24 – Decadência e prescrição das contribuições à Seguridade Social.....	347
24.1 O conflito de normas: Lei de Custeio e CTN.....	348
24.2 A decadência na exigibilidade de contribuições.....	349
24.3 A prescrição do direito de cobrança dos créditos.....	350
24.4 Prescrição na restituição e compensação de contribuições.....	352
24.5 Prazo para pleitear a desconstituição de exigência fiscal.....	353
Capítulo 25 – Prova de regularidade fiscal.....	355
Capítulo 26 – Processo administrativo fiscal.....	361
26.1 Constituição do crédito da Seguridade Social.....	361
26.1.1 Notificação de Lançamento – NL.....	365
26.1.2 Auto de Infração – AI.....	369
26.1.3 Contencioso relativo a obrigações do Simples Nacional.....	370
26.2 Depósito recursal – exigibilidade.....	371
Capítulo 27 – Dívida ativa: inscrição e execução judicial.....	373
Capítulo 28 – Execução de contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho.....	391
28.1 A responsabilidade pelos recolhimentos.....	402
28.2 Situação da União na lide trabalhista.....	405
28.3 Legislação aplicável.....	406
28.4 Créditos executáveis.....	407
28.5 As prerrogativas da União.....	410
28.6 Apuração do valor devido.....	411
28.7 O procedimento da execução.....	413
28.8 A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	417
Capítulo 29 – Dos crimes contra a Previdência Social.....	419
29.1 O Regime da Lei n. 9.983/2000.....	419
29.2 Apropriação indébita previdenciária.....	420
29.2.1 Inocorrência da <i>abolitio criminis</i> da conduta prevista no art. 95, d, da Lei n. 8.212/1991.....	424
29.2.2 Constitucionalidade.....	425
29.2.3 Tipo objetivo.....	425
29.2.4 Tipo subjetivo.....	426
29.2.5 Consumação e tentativa.....	426
29.2.6 Sujeito ativo.....	427
29.2.7 Sujeito passivo.....	428
29.2.8 Crime continuado.....	428
29.2.9 Ação penal.....	429
29.2.10 Extinção da punibilidade.....	430

29.2.11	Perdão judicial.....	432
29.2.12	Dificuldades financeiras.....	433
29.2.13	Princípio da insignificância.....	435
29.2.14	Prisão por dívida.....	436
29.3	Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	436
29.4	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.....	437
29.5	Sonegação de contribuição previdenciária.....	437
29.6	Divulgação de informações sigilosas ou reservadas.....	439
29.7	Falsidade documental.....	439
29.8	Falsificação de documento público.....	439
29.9	Violação de sigilo funcional.....	440
29.10	Equiparação a funcionário público.....	440
29.11	Estelionato previdenciário.....	440

PARTE IV

PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 30 – Introdução.....	445	
Capítulo 31 – Concessão da prestação previdenciária.....	449	
31.1	Suspensão do benefício.....	452
31.2	Cancelamento do benefício.....	455
31.3	Processo administrativo previdenciário.....	459
	Fluxograma do processo administrativo.....	479
Capítulo 32 – Períodos de carência.....	485	
Capítulo 33 – Cálculo do valor dos benefícios.....	499	
33.1	Salário de benefício e período básico de cálculo.....	499
33.1.1	Atividades concomitantes.....	505
33.1.2	Majorações decorrentes de sentença trabalhista.....	506
33.1.3	Fórmula de cálculo do salário de benefício da Lei n. 9.876/99 até a véspera da vigência da EC n. 103/2019.....	507
33.2	Fator previdenciário e a EC n. 103/2019.....	508
33.3	Exclusão do fator previdenciário com base na Fórmula 95/85 progressiva.....	510
33.3.1	Fator previdenciário em relação aos professores.....	512
33.4	Renda mensal inicial.....	512
33.5	Valor-limite dos benefícios.....	516
33.6	Reafirmação da Data de Entrada do Requerimento (DER).....	516
Capítulo 34 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios.....	519	
34.1	Aplicação do teto dos benefícios fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003.....	521
34.2	Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso – Tese do “melhor benefício”.....	523
34.3	Ampliação do Período Básico de Cálculo do Salário de Benefício – “Tese de uma vida toda”.....	523
34.4	Salário de benefício pela média dos 36 últimos salários de contribuição e não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n. 20/1998.....	525

34.5	Teses superadas	527
34.5.1	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988.....	527
34.5.2	Súmula n. 260 do extinto TFR	528
34.5.3	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.1988 e 5.4.1991 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/1991)	528
34.5.4	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	529
34.5.5	Manutenção do valor real dos benefícios/equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos.....	530
34.5.6	Valor mínimo dos benefícios.....	530
34.5.7	Expurgos inflacionários.....	530
34.5.8	Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/1994.....	531
34.5.9	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003	531
34.5.10	Revisão da renda mensal da pensão por morte.....	532
34.5.11	Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/1995	533
34.5.12	Salário de benefício de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença – art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/1991	533
34.5.13	Desaposentação e reaposentação.....	534
34.5.14	Aplicação da variação da ORTN/OTN na atualização dos salários de contribuição dos benefícios concedidos antes da CF de 1988.....	535
34.5.15	Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994	535
34.5.16	Inclusão do décimo terceiro como salário de contribuição para cálculo do salário de benefício.....	536
34.5.17	Apuração da RMI do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II, da Lei n. 8.213, de 1991	537
34.5.18	Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa	539
Capítulo 35 – Pagamento dos benefícios.....		541
35.1	Pagamento feito a terceiros.....	544
35.2	Intangibilidade do valor do benefício	545
35.3	Devolução de benefícios previdenciários recebidos por força de tutela provisória posteriormente revogada	549
35.4	Acumulação de benefícios	550
35.5	Abono anual	555
	Quadro-resumo – abono anual.....	556
Capítulo 36 – Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.....		559
36.1	Evolução histórica da proteção acidentária.....	559
36.2	Conceito de acidente do trabalho	562
36.3	Doenças ocupacionais.....	566
36.4	Nexo causal e concausalidade	569
36.5	Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente.....	576
36.6	A Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT	577
36.7	Estabilidade provisória do empregado acidentado.....	587
36.8	A ação regressiva previdenciária	590
Capítulo 37 – Aposentadorias programáveis.....		593
37.1	Aposentadoria e vínculo de emprego.....	595

37.2	Aposentadoria programada.....	600
37.2.1	Beneficiários e DIB da aposentadoria programada.....	601
37.2.2	Renda mensal inicial da aposentadoria programada.....	601
37.3	Aposentadoria por idade.....	602
37.3.1	Aposentadoria compulsória dos empregados públicos.....	605
37.3.2	Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	605
37.3.3	Aposentadoria programada “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008	611
37.3.4	Período de carência	613
37.3.5	Data de início do benefício	614
37.3.6	Renda mensal inicial	614
	Quadro-resumo – Aposentadoria por idade	615
37.4	Aposentadoria por tempo de serviço	618
37.4.1	Período de carência	618
37.4.2	Data de início do benefício	618
37.4.3	Renda mensal inicial	619
37.5	Aposentadoria por tempo de contribuição.....	619
37.5.1	Beneficiários.....	621
37.5.2	Período de carência	622
37.5.3	Data de início do benefício	622
37.5.4	Renda mensal inicial	623
37.5.5	Validade das novas regras de cálculo	624
	Quadro-resumo – Aposentadoria por tempo de contribuição	624
37.5.6	EC n. 103/2019 – Regras de transição em relação à aposentadoria por tempo de contribuição.....	626
37.6	Aposentadoria programada do professor.....	630
37.6.1	A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário.....	633
37.6.2	Conversão do tempo especial de professor em tempo comum	634
37.6.3	Regras de transição da aposentadoria dos professores.....	635
37.7	Aposentadoria especial	638
37.7.1	Beneficiários.....	644
37.7.2	Comprovação do exercício de atividade especial.....	645
37.7.3	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT).....	650
37.7.4	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI)	651
37.7.5	Nível do ruído	655
37.7.6	Período de carência	658
37.7.7	Data de início do benefício	658
37.7.8	Renda mensal inicial	660
37.7.9	Conversão do tempo especial.....	660
37.7.10	Fator de conversão do tempo especial em comum	664
37.7.11	A EC n. 103/2019 e as regras de transição para a aposentadoria especial.....	665
	Quadro-resumo – Aposentadoria especial.....	666
37.8	Aposentadoria aos segurados com deficiência	670
37.8.1	Beneficiários.....	674
37.8.2	Período de carência	674
37.8.3	Renda mensal inicial	675
37.8.4	Data de início do benefício	675
37.8.5	Principais demandas relacionadas à aposentadoria da pessoa com deficiência.....	676
	Quadro-resumo – Aposentadoria aos segurados com deficiência.....	676
37.9	Aposentadoria dos segurados de baixa renda	678

37.10	Direito à desaposentação.....	679
37.11	Reapresentação com base em novo implemento de requisitos	679
Capítulo 38	– Benefícios por incapacidade.....	681
38.1	Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).....	681
38.1.1	Perícia médica.....	690
38.1.2	Período de carência	697
38.1.3	Data de início do benefício	700
38.1.3.1	Data de início do benefício concedido judicialmente.....	701
38.1.4	Renda mensal inicial.....	703
38.1.5	Processo de reabilitação.....	705
38.1.6	Situação trabalhista.....	707
38.1.7	Cessação do benefício	710
38.1.8	A Covid-19 e o direito a benefícios por incapacidade	717
38.1.9	A Covid-19 e sua possível caracteriza�o como doença ocupacional	719
	Quadro-resumo – Auxílio por incapacidade temporária.....	722
38.2	Aposentadoria por incapacidade permanente (por invalidez).....	724
38.2.1	Período de carência	726
38.2.2	Data de início do benefício	727
38.2.3	Renda mensal inicial.....	728
38.2.4	Recupera�o da capacidade de trabalho	731
38.2.5	Da possibilidade de transforma�o da aposentadoria por incapacidade em aposentadoria por idade	734
	Quadro-resumo – Aposentadoria por invalidez/por incapacidade permanente	735
38.3	Auxílio-acidente	737
38.3.1	Beneficiários.....	737
38.3.2	Período de carência	739
38.3.3	Data de início do benefício	740
38.3.4	Renda mensal inicial.....	740
38.3.5	Suspensão e cessa�o do benefício.....	743
38.3.6	Manuten�o do auxílio-acidente cumulado com aposentadoria de outro regime.....	744
	Quadro-resumo – Auxílio-acidente.....	745
Capítulo 39	– Benefícios de prote�o � família e à maternidade.....	747
39.1	Pensão por morte	747
39.1.1	Requisitos para a concessão do benefício.....	748
39.1.2	Morte presumida.....	749
39.1.3	Direito � pensão quando o segurado esteja inadimplente com a Previdência...	750
39.1.4	Habilita�o de beneficiários.....	752
39.1.5	Pensão ao dependente v�uvo do sexo masculino	755
39.1.6	Existência simultânea de dependentes na condi�o de cônjuges, ex-cônjuges e companheiros.....	756
39.1.7	Comprova�o da união estável e homoafetiva.....	758
39.1.8	A Lei n. 13.135/2015 e a limita�o do acesso ao benefício.....	758
39.1.9	Direito � pensão do menor sob guarda	759
39.1.10	Direito � pensão do filho ou irmão inválido.....	761
39.1.11	Dependente universitário – Pensionamento até os 24 anos	762
39.1.12	Pensão em favor dos pais.....	762

39.1.13	A revogação do inciso IV do art. 16 da LBPS e a existência de pessoa designada.....	762
39.1.14	Período de carência.....	763
39.1.15	Data de início do benefício.....	763
39.1.16	Renda mensal inicial.....	765
39.1.17	Cessação.....	769
39.1.18	Perda do direito � pensão por morte.....	772
Quadro-resumo – Pensão por morte.....		772
39.2	Auxílio-reclusão.....	777
39.2.1	Concessão do auxílio-reclusão para dependentes de segurados que superem o critério da baixa renda.....	781
39.2.2	Período de carência.....	782
39.2.3	Data de início do benefício.....	782
39.2.4	Beneficiários.....	783
39.2.5	Renda mensal inicial.....	783
39.2.6	Cessa�o e suspensão do benefício.....	784
Quadro-resumo – Auxílio-reclusão.....		785
39.3	Salário-maternidade.....	787
39.3.1	Período de carência.....	790
39.3.2	Dura�o do salário-maternidade.....	791
39.3.3	Prorroga�o do salário-maternidade por mais sessenta dias.....	794
39.3.4	Renda mensal inicial.....	795
39.3.5	Cessa�o do benefício.....	798
39.3.6	Salário-maternidade em caso de ado�o.....	798
Quadro-resumo – Salário-maternidade.....		799
39.4	Salário-família.....	801
39.4.1	Período de carência.....	803
39.4.2	Data de início do benefício.....	803
39.4.3	Renda mensal inicial.....	803
39.4.4	Perda do direito.....	804
Quadro-resumo – Salário-família.....		804
Capítulo 40 – Benefícios assistenciais.....		807
40.1	Benefício de Presta�o Continuada ao Idoso e ao Deficiente – LOAS.....	807
40.1.1	Requisitos legais para a concessão do Benefício de Presta�o Continuada (BPC).....	807
40.1.2	Deficiência para fins de concessão do Benefício de Presta�o Continuada (BPC).....	809
40.1.3	Requisito econ�mico para fins de concessão do Benefício de Presta�o Continuada (BPC).....	811
40.1.4	Beneficiários.....	814
40.1.5	Data de início do benefício.....	814
40.1.6	Cessa�o do benefício.....	815
40.1.7	Acumula�o com outros benefícios.....	816
Quadro-resumo – Benefício de presta�o continuada da assistência social.....		817
40.2	Benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso.....	819
40.3	Auxílio-inclusão aos portadores de deficiência.....	820
Quadro-resumo – auxílio-inclusão � pessoa com deficiência.....		821
40.4	Auxílio emergencial (Lei n. 13.982/2020).....	822
40.5	Benefício Emergencial de Preserva�o do Emprego e Renda – BEM.....	825

Capítulo 41 – Benefícios extintos	831
41.1 Renda mensal vitalícia.....	831
41.2 Auxílio-natalidade.....	832
41.3 Auxílio-funeral.....	832
41.4 Pecúlio.....	832
41.5 Abono de permanência em serviço.....	833
41.6 Aposentadorias diferenciadas.....	833
Capítulo 42 – Serviços	835
42.1 Serviço Social.....	835
42.2 Habilitação e reabilitação profissional.....	836
Capítulo 43 – Tempo de contribuição para fins previdenciários	839
43.1 Prova do tempo de contribuição.....	849
43.2 Reconhecimento do tempo de contribuição e respectiva indenização.....	854
43.3 Atividade rurícola e o regime de economia familiar.....	857
43.4 Aluno-aprendiz.....	864
43.5 Efeitos das decisões da Justiça do Trabalho para cômputo junto ao INSS.....	867
43.5.1 O art. 55 da Lei de Benefícios e o princípio de aptidão para a prova. A in- constitucionalidade pela afronta ao princípio da ampla defesa.....	870
43.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição.....	873
43.7 Justificação administrativa.....	877
43.8 Cabimento da ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição.....	880
Capítulo 44 – Prescrição e decadência em matéria de benefícios	883
44.1 Prescrição do direito a prestações.....	883
44.2 A Lei n. 13.846/2019 e a violação aos direitos do pensionista menor, incapaz ou ausente.....	886
44.3 Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário.....	887
44.4 Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhecimento de tempo de con- tribuição.....	890
44.5 Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte.....	891
44.6 Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo.....	892
44.7 Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa.....	892
44.8 Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	893
44.9 Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência.....	896
Capítulo 45 – Ações previdenciárias	899
45.1 Competência para as ações previdenciárias.....	900
45.1.1 Prestações comuns previdenciárias.....	901
45.1.2 Competência federal delegada.....	901
45.1.3 Prestações acidentárias.....	903
45.1.4 Causas referentes ao benefício assistencial.....	905
45.1.5 Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência comple- mentar.....	905
45.1.6 Dano moral previdenciário.....	907
45.2 Prévio ingresso na via administrativa.....	909
45.2.1 Prazos para concessão, revisão e implantação de benefícios (STF – RE 1.171.152/SC).....	912
45.3 Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal.....	914

45.3.1	Competência dos JEFs	916
45.3.2	Valor da causa	916
45.3.3	Renúncia	918
45.3.4	Legitimidade.....	920
45.3.5	Sentença líquida	920
45.3.6	Recursos	920
45.3.6.1	Recurso contra decisão que aprecia pedidos de liminares e de tutela provisória	922
45.3.6.2	Recurso contra sentença (recurso inominado).....	922
45.3.6.3	Incidente regional de uniformização de jurisprudência.....	924
45.3.6.4	Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei federal (PUIL)	926
45.3.6.5	Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (PUIL) dirigido ao Superior Tribunal de Justiça	931
Quadros-resumo dos recursos		935
45.3.7	Cumprimento da sentença	947
45.3.8	Aplicação da Lei dos JEFs em caso de delegação de competência	949
45.3.9	Nulidades	950
45.3.10	Custas e honorários advocatícios.....	951
45.4	O novo CPC e seus reflexos nos Juizados Especiais Federais	954
45.5	Pagamentos devidos pelo INSS.....	965
45.5.1	Evolução legislativa	966
45.5.2	Requisição de Pequeno Valor (RPV)	968
45.5.3	Pagamento por precatório	969
45.5.4	Complemento positivo	970
45.6	Preferência no pagamento de requisições (RPV ou precatório).....	970
45.7	Coisa julgada previdenciária.....	972
45.8	Execução do julgado	977

PARTE V

REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Capítulo 46 – Introdução.....	983
Capítulo 47 – Histórico	989
Capítulo 48 – Aspectos gerais dos regimes próprios	993
Capítulo 49 – Principais pontos das reformas constitucionais.....	1007
49.1 A Emenda Constitucional n. 20, de 1998	1007
49.2 A Emenda Constitucional n. 41, de 2003	1009
49.3 A Emenda Constitucional n. 47, de 2005	1012
49.4 A Emenda Constitucional n. 70, de 2012	1013
49.5 A Emenda Constitucional n. 88, de 2015	1015
49.5 A Emenda Constitucional n. 103, de 2019	1016
49.6.1 A EC n. 103/2019 e a superposição de regras de transição	1017
49.6.2 A EC n. 103/2019 e a violação ao princípio da segurança jurídica.....	1019
49.6.3 Teoria do adimplemento substancial do “contrato social previdenciário”	1022
Capítulo 50 – Previdência complementar para servidores públicos.....	1025

Capítulo 51 – Custeio dos regimes próprios.....	1037
51.1 Breve histórico.....	1037
51.2 Disposições sobre custeio dos RPPS contidas na EC n. 103	1038
51.3 Contribuições no RPPS da União.....	1041
Capítulo 52 – Regras de aposentadoria dos regimes próprios.....	1045
52.1 Aposentadoria por incapacidade permanente.....	1062
Quadros-resumo – Regras de Aposentadoria por incapacidade permanente.....	1066
52.2 Aposentadoria compulsória por idade	1067
Regras – Aposentadoria compulsória (idade-limite).....	1069
52.3 Aposentadorias voluntárias.....	1070
52.3.1 Regras aplicáveis aos RPPS dos Estados, Distrito Federal e Municípios que não efetuaram a Reforma da Previdência.....	1074
Quadro-resumo – Regras sobre aposentadoria voluntária exclusivamente por idade.....	1075
52.3.2 Aposentadoria voluntária “por idade e tempo de contribuição”.....	1077
52.3.3 Regras de transição para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição.....	1079
Resumo – Aposentadorias voluntárias por idade e tempo de contribuição (anteriores à EC n. 103/2019)	1086
Quadro-resumo – Regras vigentes, até que lei local disponha em contrário, para servidores estaduais, distritais e municipais: aposentadoria voluntária por idade mais tempo de contribuição	1087
Regras de transição.....	1089
52.4 Aposentadorias especiais nos regimes próprios.....	1092
Quadro-resumo – Regras sobre aposentadoria especial nos RPPS dos entes federados subnacionais (que não realizaram a Reforma da Previdência).....	1098
52.5 Tempo de Contribuição nos regimes próprios.....	1099
52.5.1 Contagem recíproca de tempo de contribuição.....	1100
52.5.2 Contagens fictícias	1105
52.6 Prazo prescricional para ação de concessão ou revisional de aposentadoria nos RPPS...	1105
52.7 Inconstitucionalidade da pena de cassação da aposentadoria.....	1106
Capítulo 53 – Pensão por morte, auxílio-reclusão e licenças de caráter previdenciário nos regimes próprios.....	1109
53.1 Cálculo e reajustamento da pensão	1110
53.2 Pensão nos RPPS em geral (exceto o da União e dos Entes Federativos que promoveram a Reforma da Previdência).....	1111
53.3 Regras de acumulação de pensão por morte com outros benefícios	1114
53.4 Rol de beneficiários e rateio da pensão (exceto para o RPPS da União).....	1116
53.5 Perda e cessação do direito à pensão.....	1122
Regras – Pensão por morte (para todos os RPPS, exceto o da União e demais entes federados que realizaram a Reforma da Previdência).....	1124
53.6 Licenças-maternidade, paternidade e por adoção.....	1125
53.7 Licença para tratamento de saúde – comum e acidentária	1128
53.8 Auxílio-reclusão.....	1130
Capítulo 54 – O Regime Próprio da União.....	1133
54.1 A aposentadoria voluntária no RPPS da União – Regra geral.....	1134
54.2 Cálculo dos proventos de aposentadoria com base nas regras transitórias da Emenda n. 103, de 2019	1135
54.3 Reajustamento dos benefícios do RPPS da União.....	1136
54.4 Regra geral transitória de aposentadoria voluntária no RPPS da União.....	1137

54.5	Regra transitória – Aposentadoria voluntária dos professores federais.....	1138
	Quadro aposentadorias no RPPS da União – Regra transitória geral e dos professores.....	1138
54.6	Aposentadoria dos policiais, agentes penitenciários e socioeducativos do âmbito federal.....	1138
	Quadro aposentadoria dos policiais e demais atividades de risco – RPPS da União (ambos os sexos).....	1140
54.7	Regra transitória – Aposentadoria especial (exposição a agentes nocivos) no âmbito da União.....	1140
	Quadro regra transitória – Aposentadoria por exposição a agente nocivo no RPPS da União ..	1141
54.8	Aposentadoria do servidor portador de deficiência no RPPS da União.....	1141
	Quadro-resumo – Aposentadoria por tempo de contribuição do servidor com deficiência....	1142
	Quadro-resumo – Aposentadoria por idade do servidor com deficiência.....	1142
54.9	As novas regras de transição para os servidores federais.....	1142
54.10	Regra de transição – servidores federais em geral.....	1143
	RPPS – Regra de transição 1 – art. 4º da EC n. 103/2019.....	1145
	RPPS – Regra de transição 2 – art. 20 da EC n. 103/2019.....	1145
54.11	Regras de transição para professores de instituições federais.....	1145
	RPPS – Regra de transição 1 (art. 4º da EC n. 103/2019): professores.....	1146
	RPPS – Regra de transição 2 (art. 20 da EC n. 103/2019): professores.....	1147
54.12	Regra de transição para aposentadoria de servidores federais expostos a agentes nocivos.....	1147
	RPPS – Regra de transição da aposentadoria especial (insalubridade) – art. 21 da EC n. 103/2019.....	1148
54.13	Regras de transição para os policiais, agentes penitenciários e socioeducativos.....	1148
	RPPS – Regras de transição para os policiais, agentes penitenciários e socioeducativos – art. 5º da EC n. 103/2019.....	1148
	RPPS – Regras de transição para os policiais, agentes penitenciários e socioeducativos – art. 5º, § 3º da EC n. 103/2019.....	1149
54.14	Abono de permanência no RPPS da União.....	1149
54.15	Pensão por morte no RPPS da União.....	1150
54.16	Critério de cálculo da pensão no âmbito da União – Regra geral.....	1152
54.17	Duração do pagamento da pensão a cada dependente.....	1153
54.18	Alteração da regulamentação infraconstitucional.....	1155
54.19	A questão do auxílio-reclusão no RPPS da União.....	1155
54.20	Efeitos práticos das alterações – nas pensões por morte – RPPS da União.....	1155
	Capítulo 55 – Reajustamento do valor dos benefícios.....	1159

PARTE VI

TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Capítulo 56 – A globalização e o Estado Contemporâneo.....	1167	
Capítulo 57 – As mudanças no Direito Comparado.....	1179	
Capítulo 58 – A Previdência brasileira e suas características.....	1187	
Capítulo 59 – Perspectivas da Seguridade Social Brasileira.....	1199	
59.1	Aprimoramento do atendimento ao público.....	1209
59.2	Maior comunicação da previdência com os segurados do INSS.....	1210

59.3	Censo previdenciário ou pesquisa de amostragem.....	1210
59.4	Combate à informalidade e adoção de medidas de inclusão previdenciária.....	1211
59.5	Pleito de inclusão, no ensino fundamental/médio, de conteúdos de discussão e informação sobre a Seguridade Social.....	1211
59.6	Criação de formas de maior controle de atividades profissionais, com a exigência de comprovação de regularidade de contribuições à seguridade social.....	1211
59.7	Campanha maciça para a conscientização da sociedade, no sentido de que a Previdência Social é um bem necessário.....	1212
59.8	Modernização da gestão da informação.....	1212
59.9	Comunicabilidade entre todos os cadastros de programas sociais e bancos de dados públicos.....	1212
59.10	Incremento da atuação na cobrança da dívida previdenciária e imprescritibilidade da cobrança de contribuições em casos de sonegação fiscal e apropriação indébita.....	1213
Bibliografia.....		1221

ANEXOS

Súmulas e enunciados de interesse em matéria previdenciária.....	1237
Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários	1261
Índice alfabético-remissivo	1291